



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006493-85.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **JOYCE AGLIASCO**
 Requerido: **THIAGO OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afirmando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato com o réu para que ele administrasse imóvel de sua propriedade.

Alegou ainda que o réu não lhe repassou o valor de aluguel decorrente da locação do imóvel, de sorte que almeja à rescisão do contrato e à sua condenação a tanto.

Em contestação, o réu expressamente reconheceu os problemas descritos a fl. 01, ressaltando apenas que após a propositura da ação fez o depósito pelo aluguel vencido em maio/2016.

Salientou que desejava manter o contrato trazido à colação, bem como se comprometeu a ressarcir a autora "*caso fique comprovado a incidência de juros*".

As partes a fl. 42 externaram o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros concretos que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O réu não apenas admitiu sua obrigação em repassar o aluguel do imóvel em apreço à autora, como deixou claro que não o fez ao menos em uma oportunidade (isso somente teve vez após a propositura da ação).

Tal fato, incontroverso, é suficiente para a rescisão do contrato firmado entre as partes, não podendo a autora permanecer vinculada a ele diante do injustificado descumprimento por parte do réu de dever a seu cargo.

Por outro lado, como a própria autora confirmou o depósito aludido na peça de resistência, o seu valor deve ser abatido do que foi objeto da postulação exordial.

Assinalo, em remate, que o réu não negou expressa e especificamente o recebimento de caução quando do início da relação locatícia, razão pela qual o valor dela deverá ser tomado em conta na condenação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 600,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 20, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**